



GOVERNO DO ESTADO
DE ALAGOAS

ISSN 2237-5775



Contas Regionais do Estado de Alagoas 2004-2009

v.11

2012

Secretaria de Estado do
Planejamento e do
Desenvolvimento Econômico



**GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INDICADORES
GERÊNCIA DE CÁLCULOS DOS AGREGADOS ECONÔMICOS**

**CONTAS REGIONAIS
DO ESTADO DE ALAGOAS
2004-2009**

v. 11

Maceió

2012

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

Governador - Teotonio Brandão Vilela Filho

Vice Governador - José Thomaz Nonô Netto

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEPLANDE

Secretário de Estado - Luiz Otavio Gomes

Secretário de Estado Adjunto de Planejamento e Orçamento - José Cândido do Nascimento

Chefe de Gabinete - Rafaelle Novais

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Superintendente - Thiago José Tavares Ávila

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INDICADORES

Diretor - Ilmo Wanderley Gallindo

GERÊNCIA DE CÁLCULOS DOS AGREGADOS ECONÔMICOS

Gerente - Teresa Márcia da Rocha Lima Emery

EQUIPE TÉCNICA

Ilmo Wanderley Gallindo

Christiane Louise Lima Silva

Gilvandro Freitas

Roberson Leite Silva Júnior

Teresa Márcia da Rocha Lima Emery

EQUIPE DE APOIO

Maria Teônia Melo Amorim

Margarida Maria Messias da Silva

Márcio Alessander Ribeiro Torres – estagiário

EDITOR

Teresa Márcia da Rocha Lima Emery

EQUIPE DE REVISÃO

Anderson Henrique dos Santos Araújo

José Candido do Nascimento

Lucas André Ajala Sorgato

Márcia Núbia Barbosa Lopes

Thiago José Tavares Ávila

NORMALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Biblioteca Luiz Sávio de Almeida

Gerente - Elisabete Maria M. de Souza

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Coordenador de Comunicação - Guilherme Lamenha

Assessor de Comunicação - Lucas Lisboa

Designer Gráfico - Thales França

CONTAS REGIONAIS DO ESTADO DE ALAGOAS é uma publicação anual da SEPLANDE/AL. Disponível para consultas e download no site <http://www.seplande.al.gov.br>. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos,

Bibliotecária Responsável: Maria Gorileide P. de Oliveira – CRB-4/1524

Contas Regionais do Estado de Alagoas. - Ano 2011, n. 11 (2001)- .
-Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento
Econômico, 2012.
v.: il. Color. ; 21cm.

Anual

Período: 2004-2009

Continuação: Produto Interno Bruto, a partir do v.10

ISSN 2237-5775

1. Economia - Alagoas. 2. Estatística - Alagoas

CDU33(813.5)

31(813.5)



Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico – SEPLANDE

R. Dr. Cincinato Pinto, 503 - Centro - Maceió-Alagoas –

CEP.: 57020-050 - Fone: (82)3315-1522 - Fax: (82)3315-1525

<http://www.seplande.al.gov.br>

biblioteca@seplande.gov.al.br

APRESENTAÇÃO

Um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, o Produto Interno Bruto (PIB), objetiva mensurar a atividade econômica de uma região, em termos de produção de riqueza. Esse desempenho constitui um valioso subsídio à tomada de decisão do gestor público e, conseqüentemente, possui forte impacto para a sociedade alagoana.

Para garantir a sistemática produção de informação voltada ao Estado, a Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico – SEPLANDE, através da Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento, apresenta a publicação Contas Regionais do Estado de Alagoas, que reúne dados precisos sobre as atividades produtivas de Alagoas.

As informações que constam nesta publicação compreendem o período de 2004 a 2009, desagregadas por atividade econômica e setor de atividade, com metodologia elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, através da Coordenação de Contas Nacionais, em parceria com os órgãos de estatística das secretarias estaduais.

O estudo se aplica a uma visão mais perceptiva da realidade, possibilitando o desenvolvimento de análises mais aprofundadas a partir do PIB, podendo ainda, ser considerado como referência para pesquisas, fundamentando novos trabalhos que ampliem o conhecimento sobre a estrutura produtiva da economia estadual.

Esta publicação é, portanto, mais um resultado dos esforços da SEPLANDE em cumprimento à sua função de produzir, sistematizar e divulgar dados estatísticos do Estado, de forma a atender a demanda dos vários segmentos da sociedade.

Por fim, registramos nossos agradecimentos à cooperação do IBGE, em particular na qualificação dos técnicos desta SEPLANDE, aspecto fundamental para a consolidação e a consistência dos resultados finais.

Luiz Otavio Gomes
Secretário

GRÁFICOS

PIB a preço de mercado corrente (1 000 000 R\$) de Alagoas - 2004-09	35
Produto Interno Bruto <i>per capita</i> de Alagoas - 2004-09	35
Valor Adicionado a preço básico (1 000 000 R\$), por setor de atividade, de Alagoas - 2004-09	36
Participação no Valor Adicionado a preço básico, por setor de atividade, de Alagoas	36
Valor Adicionado a preço básico (1 000 000 R\$), por atividade econômica, de Alagoas - 2009	37
Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado de Alagoas - 2009	38
PIB a preço de mercado corrente, por Estados da Região Nordeste - 2004-09	41

SUMÁRIO

Apresentação	3
Metodologia	9
1 – Agropecuária	12
2 – Indústria	15
3 – Serviços	21
Definição do Ano de Referência	27
Análise Geral	28
Análise Setorial	29
Agropecuária	29
Indústria	30
Serviços	31
Composição do Produto Interno Bruto, a preço de mercado corrente, variação real e <i>ranking</i> do crescimento real, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2009	33
Variação real anual do Produto Interno Bruto, a preço de mercado corrente, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004/2009	34
Composição do Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente de Alagoas - 2004-09	365
Produto Interno Bruto <i>per capita</i> de Alagoas - 2004-09	35
Valor Adicionado, a preço básico, por setor de atividade de Alagoas - 2004-09	36
Participação (%) no Valor Adicionado, a preço básico, por setor de atividade de Alagoas - 2004-09	36
Valor Adicionado, a preço básico, por atividade econômica de Alagoas - 2004-09	37
Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado de Alagoas - 2004-09	38
Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, Valor Adicionado por setor de atividade e Impostos, do Brasil e Região Nordeste - 2007-09	39
Participação (%) do Valor Adicionado e dos Impostos no PIB do Brasil e da Região Nordeste - 2007-09	40

Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente do Brasil e da Região Nordeste - 2004-09	41
Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, segundo participação e <i>ranking</i> das Unidades da Federação - 2004-09	42
Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, segundo participação e <i>ranking</i> , por Estados da Região Nordeste - 2004-09	44
Produto Interno Bruto <i>per capita</i> , segundo <i>ranking</i> das Unidades da Federação 2004-09	45
Produto Interno Bruto <i>per capita</i> , segundo <i>ranking</i> , por Estados da Região Nordeste - 2004-09	47
Produto Interno Bruto de Alagoas, do Nordeste e do Brasil, segundo participação - 2004-09	47

METODOLOGIA DE REGIONALIZAÇÃO DAS PESQUISAS

No modelo atual das Contas Regionais, baseado fortemente nas pesquisas anuais do IBGE, a informação mais completa refere-se às empresas e também às suas unidades locais. Este modelo tem como vantagem a melhor informação sobre os fatores produtivos necessários para construção dos agregados com base nos dados contábeis das empresas, que em última instância, é a informação mais próxima da sua estrutura administrativa e organizacional. Naturalmente, por ser uma empresa formal, ela já convive com a prestação de contas sobre o seu desempenho financeiro junto ao órgão de fiscalização fazendária.

No modelo anterior, baseado em Censos, a informação servia melhor no que tange à regionalização já que advinha do estabelecimento e que poderia não estar na mesma Unidade da Federação da sede da empresa. No entanto, era mais difícil ao informante, já que ele teria que fornecer as informações em formato não habitual ao seu padrão contábil e acabava gerando informações distorcidas, além de serem bastante morosas, especialmente para as grandes corporações, que são compostas de várias unidades produtivas.

Para melhor adaptar as Contas Regionais ao novo modelo e, por saber, que se impõem algumas limitações no que concerne à regionalização, foi necessário desenvolver alguns critérios para regionalizar os agregados com base em indicadores fornecidos pelas pesquisas. Esses critérios de regionalização são por pesquisa:

PIA - Pesquisa Industrial Anual – PIA – Empresa

A PIA-Empresa tem por objetivo identificar as características estruturais básicas do segmento empresarial da atividade industrial no País e suas transformações no tempo, através de levantamentos anuais, tomando como base uma amostra de empresas industriais, tendo atividade principal classificada nas Seções C e D da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Está desenhada para representar todas as Unidades da Federação (UFs) na divisão da CNAE 1.0 (2 dígitos).

A PIA investiga empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas, sendo o estrato amostrado composto por empresas entre 5 e 29 PO e o estrato completo com 30 ou mais pessoas ocupadas.

A pesquisa está organizada num esquema de unidades múltiplas com identificação das unidades locais, tendo a empresa como unidade central de investigação e núcleo em torno do qual se articulam as unidades. Para as empresas com múltiplas localizações e/ou múltiplas atividades econômicas, completam-se o enfoque centralizado na empresa, com a identificação das unidades locais, por localização geográfica e atividade principal exercida, e a informação de um conjunto limitado de variáveis referentes às atividades nelas exercidas. São com base nessas informações que foram criados os métodos de regionalização.

O valor da produção e o consumo intermediário foram estimados a partir da tradução das variáveis contábeis constantes no questionário da pesquisa para os conceitos de Contas Nacionais segundo as recomendações internacionais.

PAC - Pesquisa Anual do Comércio

A pesquisa tem por objetivo identificar as características estruturais básicas, a distribuição espacial e as transformações no tempo das atividades investigadas, através de levantamentos anuais. São pesquisadas as empresas classificadas na Seção G da CNAE (excluindo 50.42, 51.1 e 52.7) sediadas no território nacional, à exceção da Região Norte onde são consideradas apenas aquelas sediadas nos municípios das capitais.

O plano amostral da pesquisa divide-se em estrato completo e estrato amostrado. As empresas comerciais com 20 ou mais Pessoas Ocupadas (PO) compõem o estrato completo e as demais o estrato amostrado.

A unidade de investigação da PAC é a empresa, o que gerou a necessidade do estabelecimento de critérios de rateio para as empresas que atuam em mais de uma Unidade da Federação (UF).

PAS – Pesquisa Anual de Serviços

A pesquisa tem por objetivo identificar a estrutura básica dos serviços empresariais não-financeiros no País, sua distribuição espacial e o acompanhamento

de suas transformações, através de levantamentos anuais. A pesquisa possui como abrangência o território nacional, à exceção da Região Norte, onde são consideradas apenas àquelas sediadas nos municípios das capitais. A unidade de investigação da pesquisa foi à empresa, gerando necessidade de regionalização das informações das empresas por Unidade da Federação de atuação.

O plano amostral da pesquisa divide-se em estrato completo e estrato amostrado. As empresas comerciais com 20 ou mais Pessoas Ocupadas (PO) compõem o estrato completo e as demais o estrato amostrado.

PAIC - Pesquisa Anual da Indústria da Construção

A pesquisa tem por objetivo identificar as características estruturais básicas, a distribuição espacial e as transformações no tempo da atividade de construção no país, através de levantamentos anuais. A unidade de investigação é a empresa classificada na Seção F da CNAE 1.0 e possui abrangência para todo o território nacional para as empresas que possuem 5 ou mais pessoas ocupadas.

Cálculo da função de produção dos trabalhadores por conta própria

A PNAD é uma pesquisa domiciliar, não tendo preocupações econômicas que permitam a estimação de agregados macroeconômicos para o cálculo do PIB pela ótica da produção, e a informação que foi apropriada pela contabilidade nacional foi a posição na ocupação e o rendimento anualizado, este utilizado como *proxy* do VA da conta própria.

Para a construção da função de produção dos trabalhadores por conta própria utilizado os coeficientes técnicos (CI/VP, VA/VP etc.) das pequenas empresas (estrato amostral). Uma outra opção seria a utilização da ECINF (Economia Informal Urbana 2003), que também fornece a indicação para os coeficientes técnicos. Esta pesquisa foi usada nos parâmetros das Contas Nacionais, mas, por ter sido uma pesquisa única no ano de 2003, os coeficientes ficam constantes, fator este, fundamental no caso das Contas Regionais, pela opção pelos indicadores do estrato amostral, já que teremos informações anuais classificados pela CNAE.

RESUMO DOS PROCEDIMENTOS

No novo ano de referência das Contas Regionais (2002) foram introduzidas algumas alterações, tanto pelas fontes das pesquisas, quanto de procedimentos, como já abordado. Na metodologia antiga, índices de volume e de preços eram utilizados para extrapolar a tendência do comportamento das atividades e estimar um valor corrente. Agora, os valores nominais são obtidos anualmente das pesquisas estruturais e balanços das empresas para as diversas atividades.

Os próximos capítulos contêm resumo por atividade da nova metodologia, classificação e procedimentos para a estimação anual dos agregados (VP, CI e VA).

1 – AGROPECUÁRIA

A atividade agropecuária na base 1985 era estimada apenas por uma função de produção. O Censo Agropecuário (CA) de 1985 foi a fonte básica dos dados, onde eram estimados o valor de produção dos produtos da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração vegetal e pesca, separadamente, sendo que os insumos eram agrupados para toda a agropecuária, existindo assim somente uma atividade.

No novo ano de referência (2002), foi replicado para às Unidades da Federação (UF) o trabalho feito nas Contas Nacionais, onde a agropecuária está desdobrada em doze atividades: sete da agricultura, três da pecuária, uma da silvicultura e exploração vegetal, além da pesca. A evolução do VP será tratada mais adiante, separadamente para cada atividade.

Neste sentido, houve um ganho analítico em relação a base 1985, em vez de uma função de produção termos neste novo formato doze funções de produção. A estrutura definida separa em atividades os produtos mais importantes da economia brasileira (soja, cana-de-açúcar, café, cítricos e cereais) e agrupam-se em duas atividades os produtos não contemplados, os outros produtos da lavoura permanente e outros da lavoura temporária.

Para o consumo intermediário (CI), os insumos eram comuns a todas as atividades, já que o CA de 1995/1996 foi construído pelo critério de produção principal

do estabelecimento, com isto, contemplava a produção principal do estabelecimento e também às produções secundárias¹

Relação dos insumos:

- Adubos e Corretivos
- Sementes e Mudanças
- Agrotóxicos
- Medicamentos para Animais
- Sal
- Rações Industriais
- Outros Alimentos
- Compra de Ovos e Pinto de 1 dia
- Aluguel de máquinas e equipamentos
- Serviços de empreitada, Transporte da produção
- Sacaria e outras embalagens
- Combustíveis e lubrificantes
- Energia elétrica
- Outras despesas

Para a evolução dos insumos para os anos posteriores ao CA 1995/1996, foram utilizados indicadores específicos de volume e de preço, dependendo do produto, se da lavoura temporária ou permanente, da mesma forma para pecuária, silvicultura, exploração florestal e Pesca.

Para divulgação as atividades agrícolas foram agrupadas a atividade de silvicultura e exploração florestal e a pecuária foi somada a atividade de pesca.

1.1 – Agricultura

- Cultivo de Cereais
- Cultivo de Cana-de-açúcar
- Cultivo de Soja

¹ Recomenda-se a leitura da Nota Metodológica No 14 do Sistema de Contas Nacionais – Atividade Agropecuária em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/referencia2000/2005/default_SCN.shtm

- Cultivo de Outros Produtos da Lavoura Temporária
- Cultivo de Cítricos
- Cultivo de Café
- Cultivo de Outros Produtos da Lavoura Permanente.

O valor da produção (VP) estimado com base no Censo de 1995/1996 foi evoluído desde o ano de 1996 pela Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) por UF. Utilizam-se as variações de valor e de quantidade da PAM para os produtos que efetivamente são acompanhados pela pesquisa e, para àqueles que não têm indicadores na PAM, adota-se como indicador de evolução do volume da produção a média dos indicadores disponíveis por atividade.

Este procedimento é semelhante à base 1985, o que diferencia é o fato de serem agrupados em atividades diferentes, com funções de produção específicas.

Consumo Intermediário

Como já citado, com a introdução de uma função de produção para sete atividades agrícolas, a evolução dos insumos destas atividades para os anos subseqüentes foi realizada de acordo com a característica de cada uma. Para os produtos da lavoura temporária o indicador básico de volume é a área cultivada, para os produtos da lavoura permanente o indicador foi à variação da produção do produto principal. Para preço foram utilizados os indicadores de preços recebidos e pagos pelos produtores, Índice de Preço Pago médio (IPP médio) e Índice de Preço Recebido (IPR) da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro - FGV. Apenas para o consumo de energia elétrica rural utilizou-se a quantidade consumida e a variação de preços específicos para cada UF, fornecidos pelas distribuidoras de energia elétrica.

1.2 – Pecuária

- 1.2.1 - Criação de Bovinos, Outros Animais Vivos e Produtos de Origem Animal
- 1.2.2 - Criação de Suínos
- 1.2.3 - Criação de Aves

O valor da produção (VP) da Pecuária também foi estimado com base no CA 1995/1996. Basicamente foi utilizada a Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) para

evoluir o volume e, os Índices de Preços Recebidos pelos produtores (IPR) da FGV, para obtenção do valor.

No VP do produto bovinos vivos, diferentemente da base 1985, foi utilizado o ciclo de maturação dos animais, tanto para abate quanto para produção de leite, que, em média, é aproximadamente três anos. Foi utilizado também o peso do animal para abate por UF, para especificar as diferenças entre os tipos de gado cultivado no Brasil.

As atividades de suinocultura e criação de aves não apresentaram modificações na comparação com a base anterior, na evolução do VP destas duas atividades foi utilizado a PPM no volume e, IPR para preços, para os anos subsequentes ao CA 1995/1996. O CI foi evoluído da mesma forma que os produtos agrícolas.

1.3- Silvicultura e exploração florestal

Esta atividade foi estimada de forma semelhante as atividades agrícolas, sempre com base no CA 1995/1996. Os indicadores de volume e preço para estimativa dos anos correntes foram a Pesquisa do Extrativismo Vegetal e Silvicultura (PEVS). Para os produtos que não dispunha de indicadores na PEVS se utilizou o indicador médio, separadamente, para os produtos da silvicultura e extrativismo vegetal.

1.4 – Pesca

A atividade de piscicultura foi estimada de forma descendente, isto é, a função de produção da pesca nas Contas Nacionais foi distribuída para os estados com base nos dados informados pelo IBAMA para as empresas legalmente constituídas e a produção referente às famílias pela estrutura do Censo Demográfico 2000 – CD 2000. Para o CI foi utilizada a relação CI/VP da conta de produção para a pesca das Contas Nacionais.

2 - INDÚSTRIA

Para as atividades industriais, que são Indústria de Transformação, Extrativa Mineral e Construção Civil, a exceção dos Serviços Industriais de Utilidades Pública

(SIUP), foram introduzidas a Pesquisa Anual da Indústria (PIA)-Empresa e a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) do IBGE. A introdução da pesquisa torna-se o fator diferencial mais importante neste novo contexto no trabalho, tanto nas Contas Nacionais quanto nas Contas Regionais.

As novas pesquisas por amostra do IBGE conseguem ser trabalhadas, apuradas e introduzidas ao trabalho em tempo hábil, sendo que a vantagem deste novo marco é de fornecer o valor dos agregados anualmente, sem a necessidade de estimadores derivados (índice de preço e de volume) para a obtenção dos valores dos agregados.

A classificação utilizada foi a CNAE, diferentemente da base 1985 a classificação é fixa para todas as UFs, independente se tem ou não importância para o estado. Na base anterior (1985) os gêneros industriais que não tinham importância para os estados eram agrupadas em uma rubrica chamada "outros".

Os próximos tópicos estão compostos de uma descrição mais aprofundada das atividades industriais.

2.1 – Indústria Extrativa Mineral

Na construção da atividade foi utilizada a PIA e a PNAD para os trabalhadores por conta própria, exceto para a atividade de extração de petróleo e gás, que trataremos em separado mais a frente.

Para o desdobramento do valor que a PIA disponibiliza, a opção foi a utilização do índice de volume e a obtenção do preço implicitamente. No caso dos estados que dispõem da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) utilizou-se a pesquisa, para os demais, foram utilizados os dados do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) e/ou do consumo de energia elétrica na indústria extrativa. Este procedimento é idêntico ao utilizado na base 1985, com a diferença que a pesquisa já levanta dados em valor corrente sendo, desta forma, o índice de preço estimado de forma implícita a partir do índice de volume calculado.

Tratamento da extração de petróleo e gás

A produção de petróleo e gás foi tratada separadamente e de maneira distinta da base 1985. Para descrever o procedimento é necessário antecipar o próximo tópico

e incluir, na descrição da extração de petróleo e gás, a atividade de Refino de Petróleo que, apesar de fazer parte da indústria de transformação, teve um tratamento integrado com a extração.

No Brasil, a extração de petróleo e refino são atividades econômicas associadas, basicamente, a uma só empresa, a Petrobrás. Neste sentido, diferentemente da série anterior, a produção das duas atividades (extração de petróleo e refino) foi calculada a partir do valor adicionado (VA) da empresa. Na série anterior, as duas atividades eram estimadas separadamente e o resultado não era comparado ao valor adicionado total da empresa. Nesta nova série, o trabalho tem como ponto de partida o VA da Petrobrás, que será desdobrado em VA da extração de petróleo e gás e VA do refino.

Abaixo o esquema básico de cálculo:

- 1) O VA da Petrobrás foi calculado com base na ótica da renda, isto é, o VA é igual às remunerações mais o excedente operacional da empresa. A partir do cálculo do VA da Petrobrás, estimou-se o VA das atividades de exploração de petróleo e refino.
- 2) O próximo passo foi o cálculo do valor da produção (VP) do refino e da extração de petróleo. O VP da extração de petróleo foi estimado pela multiplicação das quantidades extraídas de petróleo e gás pelo preço internacional do petróleo (brent) menos um redutor de qualidade de 2 dólares.

Equação:

$$VP_{\text{extração}} = \text{Quantidade extraída de petróleo e gás (ANP)} * (\text{preço do petróleo (brent)} - \text{redutor de qualidade})$$

- 3) O cálculo do VP dos produtos do refino foi feito pela multiplicação das quantidades produzidas (ANP) pelo o preço dos produtos (ANP).

Equação:

$$VP_{\text{refino}} = \text{Quantidade refinada (por produto ANP)} * (\text{preço dos produtos refinados (ANP)})$$

- 4) Após o cálculo do VP da extração de petróleo e refino, obteve-se o VP total da empresa Petrobrás, o CI total da empresas foi obtido por diferença:

Equação:

$$VA = VP - CI$$

Já calculado

VP *extração* e VP *refino*, esta soma é igual ao VP *Petrobrás*

Agora se pode calcular:

$$VP \text{ Petrobrás} - VA \text{ Petrobrás} = CI \text{ Petrobrás}$$

Com isto estima-se a conta de produção completa da empresa Petrobrás.

- 5) Com a função de produção da empresa pronta, para o desdobramento do CI entre as atividades elegeu-se o cálculo do CI da atividade refino e por diferença o CI da extração. Esta escolha deu-se pelo fato de se conhecer melhor as variáveis de custos e despesas. O CI do refino é composto pelo petróleo extraído, mais o petróleo importado e pelas margens de refino.

Equação:

$$CI \text{ refino} = (\text{petróleo extraído} + \text{petróleo importado}) / \text{petróleo utilizado} + \text{margens de refino.}$$

- 6) Por diferença, foi obtido o CI da atividade de extração de petróleo e gás.

Equação:

$$CI \text{ Petrobrás} - CI \text{ refino} = CI \text{ extração}$$

- 7) Concluído este procedimento, regionalizou-se a função de produção das duas atividades, tendo como base os dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP) que informa o volume de produção de petróleo e gás por UF e a produção das refinarias por UF.

Com este procedimento garantimos que a soma das funções de produção das duas atividades seja igual ao da empresa, cada UF recebeu a parte proporcional nas duas atividades e, com isto, o total do VA da empresa.

2.2 – Indústria de transformação

Na construção desta atividade foi utilizado a PIA para as empresas formais e a PNAD para os trabalhadores por conta própria, tanto para o ano de referência, quanto para os anos subseqüentes.

Como para a grande maioria das atividades da nova série, a opção para o desmembramento do índice de valor obtido na pesquisa, foi o indicador de volume e o índice de preço obtido implicitamente. A PIM foi o índice de volume utilizado, isto, para os estados que dispõe da pesquisa (AM, PA, CE, PE, BA, ES, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e GO) para os demais, a opção ainda é o consumo industrial de energia elétrica

por gênero industrial. Neste sentido, as únicas mudanças importantes introduzidas foram a PIA e o tratamento da atividade refino, detalhado anteriormente.

2.3 – Indústria da construção

Para construção dos agregados da atividade, foi utilizada a Pesquisa da Indústria da Construção (PAIC) para as empresas formais e a PNAD para os trabalhadores por conta própria. As principais alterações em relação a série 1985 foi a introdução da pesquisa PAIC, e também, o procedimento de estimação dos indicadores de volume. Como nas demais atividades onde se estimam os dados em valores correntes das pesquisas anuais e estima-se um índice de volume o índice de preços é obtido implicitamente.

Esta atividade, como na série 1985, está sendo calculada pelo IBGE, avaliada e referendada pelos estados, já que é de difícil regionalização.

A metodologia para o cálculo do índice de volume para a atividade teve algumas alterações em relação a série 1985, que de um modo geral, era estimada por regressões, entretanto utilizamos as mesmas variáveis mas de forma diferente.

As variáveis selecionadas para compor a evolução dos agregados, Valor de Produção e Consumo Intermediário, da atividade de Construção Civil para os anos correntes da série 2002, foram:

- O consumo aparente de cimento (SNIC);
- O pessoal ocupado da PNAD/IBGE (parte conta própria); e
- O número de empregados informados pela RAIS/TEM (parte formal).

O cimento constitui uma variável *proxy* do consumo intermediário e o pessoal ocupado da PNAD, que representa os conta própria mais o da RAIS, que simboliza o lado formal da Construção, ambos em consonância com o Valor Adicionado.

Assim, o produto real da atividade de Construção Civil, para as Unidades da Federação, foi função das variáveis explicativas: cimento e pessoal ocupado.

A equação que descreve o cálculo do índice de volume da Construção Civil pode ser visualizada assim:

$$Y = (CI/VP) * X1 + (VA/VP) * X2.$$

Onde:

Y é o índice de volume da construção civil por Unidade da Federação;

X1 é a variação em volume do cimento por Unidade da Federação; e

X2 é a variação do pessoal ocupado por Unidade da Federação² (1).

As relações CI/VP e VA/VP de cada UF serviram como ponderadores para agregação das variáveis estimando, desta forma, o índice de volume da Construção Civil de cada UF.

A evolução do Consumo Intermediário Seguiu o mesmo indicador, em volume da produção. Após o cálculo de todas as UFs, confrontou-se o índice de produção da atividade de Construção para o Brasil e ajustou-se aos dados nacionais, tanto a produção como o consumo intermediário.

2.4 – Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana

O procedimento de estimativa da conta de produção por Unidade da Federação não foi modificado nesta atividade. O processo de regionalização da atividade requereu o envolvimento de todas as equipes estaduais, que levantaram os balanço contábeis de todas as empresas classificadas nesta atividade (empresas de geração e distribuição de energia elétrica, de tratamento e distribuição de água e esgoto). Os dados balanços foram transformados para os conceitos da contabilidade nacional e foi estimada uma função de produção. O total dos resultados obtidos por UF foram ajustados aos dados nacionais.

A vantagem deste procedimento é que além da coleta dos balanços ser descentralizada, requer o engajamento das equipes, que têm noção clara do elenco de empresas que atuam em seus estados. A comparação dos resultados deste processo e os obtidos pela análise das Declarações de Imposto de Renda Pessoas Jurídicas (DIPJ) resultou em diferenças insignificantes.

O índice de volume seguiu o mesmo procedimento da série anterior:

- Para geração de energia – variação da quantidade de energia gerada, no VP e CI;

² O pessoal ocupado da PNAD foi agregado com o pessoal ocupado da RAIS através da ponderação da participação no VP dos trabalhadores por conta própria da Construção, e o pessoal ocupado da RAIS ponderado pela participação do formal no VP, formando assim o índice agregado do PO que atuará na equação acima especificada.

- Para distribuição de energia – variação da quantidade de energia distribuída no VP e CI; e
- Para tratamento e distribuição de água e esgoto – VP volume de água faturada; CI volume de água tratada.

3 – SERVIÇOS

A atividade de serviços foi aquela que mais se beneficiou com a introdução das pesquisas anuais do IBGE, desde os Censos econômicos da década de 80 não se tinham tantos parâmetros para as atividades produtoras de serviços, agora, no novo ano de referência a cada ano poderemos acompanhar o comportamento destes setores.

Com o resultado das Contas Nacionais divulgado pelo IBGE (ano de referência 2000), percebeu-se que os setores de serviços ganharam participação no PIB em detrimento dos setores produtores de bens e certamente isto vai ser percebido regionalmente.

A introdução da Pesquisa Anual dos Serviços (PAS) e da Pesquisa Anual do Comércio (PAC) se configura na grande mudança estrutural da nova série de referência. Todo este novo contexto não configura mudanças de procedimentos e sim, percepção anual do setor demonstrado pelas pesquisas.

O setor de serviços foi classificado no novo ano de referência em onze atividades para divulgação, abaixo relacionadas:

3.1 – Comércio e serviços de manutenção e reparação

O comércio no novo ano de referência foi estimado com base na PAC, PAS e PIA, para as empresas formais e PNAD para os trabalhadores por conta própria.

A atividade de comércio na série anterior não dispunha de muitas informações para a estimação dos anos subseqüentes ao Censo de 1985. Havia muitas dificuldades de se encontrar bons indicadores regionais, para os diversos segmentos do comércio, por este motivo, quando da divulgação das Contas Nacionais no começo de 2007, esta atividade foi uma das que teve seu peso na economia acima

do que era estimado, o comércio passa de 7% para 11% da economia brasileira em 2004.

Além da vantagem da introdução da PAC nas estimativas regionais, nesta nova série, dispomos ainda da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) que fornece os indicadores de crescimento real do comércio para o desdobramento do valor da pesquisa entre índice de preço e de volume de alguns segmentos, além da utilização de dados da Associação Nacional dos fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) e da Agência Nacional de PETRÓLEO (ANP) como indicadores de volume e o índice de preço foi obtido de forma implícita.

3.2 – Transportes e armazenagem e correio

As atividades de transporte e armazenagem abrangem as atividades relacionadas com o transporte, por conta de terceiros, por rodovias, ferrovias, água, ar e dutos; a armazenagem de mercadorias e as empresas de correios. O transporte compreende as empresas e os transportadores autônomos de carga, de mudanças e de passageiros.

Para construção dos agregados da atividade, foi utilizada a Pesquisa Industrial Anual (PIA)-Empresa, a Pesquisa Anual dos Serviços (PAS) para as empresas formais e a PNAD para os trabalhadores por conta própria.

3.3 – Serviços de alojamento e alimentação

Os agregados (VP, CI e VA) das atividades de alojamento e alimentação foram totalmente estimados com base na PAS e PIA para as empresas formais e PNAD para os trabalhadores por conta própria.

Estas atividades foram trabalhadas separadamente, mas divulgadas juntas. Como em todas atividades que compõem os serviços, o aperfeiçoamento nos resultados foi devido ao fato da introdução da PAS, já que não haviam bons indicadores para as estimativas anuais dos setores de serviço.

As variações de preço foram obtidas a partir dos dados em valor corrente da pesquisa e indicadores de volume calculados por atividade de serviços.

Para a atividade de alimentação utiliza-se a variação de pessoal ocupado total da PNAD, por UF, como indicador de volume. Para a atividade de alojamento

utilizam-se os passageiros desembarcados menos os em trânsito como índice de volume. Não houve grandes modificações de procedimentos nesta atividade, com exceção da introdução da PAS.

3.4 – Atividades imobiliárias e aluguéis

Nesta seção incluem-se as atividades imobiliárias que se dedicam à compra, venda e incorporação e administração. Compreende também os serviços de aluguéis de veículos, máquinas, equipamento e objetos de uso pessoal.

Nas Contas Nacionais, o aluguel efetivo (residencial e comercial) e o aluguel imputado, foram construídos de forma ascendente, isto é, estima-se as Unidades da Federação, totalizando o Brasil pela soma das 27 UFs.

O setor de aluguéis de imóveis nas Contas Nacionais inclui os aluguéis recebidos por particulares pela cessão de seus imóveis, sob o regime de aluguel, para terceiros e, também, o valor do aluguel imputado aos residentes em moradia própria.

Para as atividades imobiliárias constituídos por empresas foi utilizado a PAS e para os trabalhadores por conta própria a PNAD.

3.5 – Serviços prestados às empresas

A atividade de serviços prestados às empresas foi uma das atividades que mais adquiriram importância, não apenas na economia brasileira, mas também no cenário econômico mundial.

O crescimento dos custos dos serviços foi um fator de importante estímulo à terceirização, na medida em que gerou pressões sobre os custos das empresas, pressionando-as a substituírem a produção dentro da própria atividade por encomendas a terceiros. Estas circunstâncias ocorreram tanto para os serviços mais complexos, que exigem mão-de-obra qualificada, quanto para os serviços tradicionais, empregadores de mão-de-obra desqualificada (limpeza, segurança, alimentação, alojamento e serviços domésticos).

Esta atividade foi totalmente estimada pela PAS, para as empresas formais, e PNAD para os trabalhadores por conta própria. A incorporação da PAS trouxe para a atividade de prestação de serviços às empresas uma grande contribuição para se medir anualmente sua importância na economia brasileira. Na série 1985 esta

atividade estava classificada junto com o setor de aluguéis e nesta nova série, estará sendo estimada separadamente, em virtude do nível de importância.

Para o desdobramento do valor, como nas outras atividades, utiliza-se os indicadores de volume e o preço implícito. O índice de volume utilizado foi o crescimento médio das atividades produtivas, inclusive a administração pública, que é um forte demandante dos serviços ofertados pelas empresas prestadoras de serviços. Assim, o resultado foi o crescimento médio ponderado por UF medido pelo desempenho dos setores que demandam os serviços.

3.6 – Serviços prestados às famílias e associativos

A atividade foi toda estimada pela PAS, para as empresas formais e, PNAD para os trabalhadores por conta própria. Esta atividade juntamente com o comércio, tem um forte componente de informalidade.

Para as outras atividades, optou-se pelo índice de volume para o desdobramento do valor disponibilizado pela pesquisas. Utiliza-se a variação do pessoal ocupado total da PNAD.

3.7 – Serviços de informação

A atividade de Serviços de Informação abrange os serviços de Telefonia móvel e fixa, e os demais serviços de informação (atividades cinematográficas e de vídeo, atividades de rádio e de televisão, atividades de informática e serviços relacionados etc.).

Na série 1985 esta atividade não foi pesquisada quando da realização do Censo econômico de 1985, conseqüentemente, os dados referentes ao ano de referência e para os anos correntes foram coletados diretamente das empresas de telecomunicações, seja pela pesquisa de empresas públicas ou diretamente pelos balanços das empresas.

A partir dos relatórios anuais dessas empresas sobre receita e despesas operacionais, pode-se construir o Valor da Produção, Consumo Intermediário e Valor Adicionado para todos os anos. Para as empresas de telecomunicações tanto para a base 1985 quanto para a nova série 2002 a fonte foram os Balanços Contábeis

compatibilizados com as informações da PAS (uma vez identificadas as empresas prestadores).

3.8 – Intermediação financeira, seguros e previdência complementar

Esta atividade apresenta poucas mudanças, o cálculo foi mantido de forma descendente, isto é, o resultado dos estados foi obtido por uma partição da conta de produção do Brasil. A diferença em relação a base 1985, foi a utilização de uma repartição para os seguros diferente da utilizada para os Serviços Financeiros Indiretamente Medidos (SIFIM).

Os indicadores de distribuição do valor do SIFIM das Contas Nacionais foram as operações bancárias ativas e passivas, fornecidas pelo documento de movimentação bancária por município do Banco Central do Brasil. Para a participação dos seguros serão usadas as informações fornecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) que controla todo o setor, e o indicador foi o prêmio pago por UF.

3.9 – Administração, saúde e educação públicas

Esta atividade foi calculada da mesma forma que na série anterior, através da pesquisa de regionalização das transações do setor público. As principais fontes foram o Sistema Integrado de Administração Financeira do governo Federal (SIAFI) e o de Finanças do Brasil (FINBRA), ambos do Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional e da pesquisa Finanças Públicas do Brasil do IBGE.

A atividade administração pública passou por algumas mudanças de procedimentos metodológicos para atender de forma mais precisa às recomendações internacionais, entre as quais se destaca a apuração do consumo de capital fixo. Como o valor da produção desta atividade é calculado a partir dos custos de produção, conforme as recomendações internacionais, era necessário incluir este custo na sua base de cálculo para que os fluxos (valor da produção, valor adicionado, etc.) fossem calculados em termos brutos. O acréscimo do consumo de capital fixo, que representa cerca de 12% do valor adicionado bruto da atividade, foi um dos principais fatores que contribuíram para elevação do valor nominal da administração pública em relação à série anterior.

A atividade Administração Pública passou a ter um índice de volume próprio para cada elemento de sua conta de produção (remunerações, gastos de custeio e consumo de capital fixo).

Neste novo contexto, o índice de volume que foi utilizado para as remunerações (VA) foi a variação do número de funcionários; os gastos de custeio (CI), o índice de volume foi estimado implicitamente, gerado pela deflação de seus custos; o consumo de capital fixo foi deflacionado pelo índice de preço médio do consumo de capital das Contas Nacionais. Com estas mudanças, a atividade APU experimenta um salto qualitativo no indicador de crescimento em relação a série 1985, onde o crescimento da atividade era o crescimento populacional.

O índice de volume utilizado para saúde pública levou em consideração a variação de dias de internação do ministério da saúde e para educação pública a quantidade de matrículas por série do ministério da educação.

3.10 – Saúde e educação mercantil

Para atividade de saúde e educação mercantil (saúde e educação pública estão dentro da atividade APU), como na série 1985, usar-se-á o método descendente de cálculo dos agregados, isto é, faz a distribuição da conta de produção da atividade das Contas Nacionais para cada UF.

A grande mudança nestas estimativas em relação à série 1985 quando adotou-se a participação da renda do trabalho obtida na PNAD no total da renda do Brasil. No novo ano de referência, introduziu-se os dados da DIPJs para construção da participação de cada UF. O método consiste em fazer uma leitura da receita das empresas de saúde e educação mercantil, criando-se uma chave de repartição para o VP por UF e repetir a relação consumo intermediário/valor da produção (CI/VP) da função de produção das Contas Nacionais.

Para o ano de 2004, usou-se a participação de 2003, já que as DIPJs não estavam disponíveis para uso.

O índice de volume utilizado foi a variação de pessoal ocupado total nas duas atividade fornecido pela PNAD.

3.11 – Serviços domésticos

Não houve nenhuma mudança no cálculo desta atividade em relação a série 1985. A atividade foi construída com base no total de pessoas ocupadas nos serviços domésticos, baseado nos dados da PNAD. Os índices para a evolução serão mantidos. Para volume, variação do pessoal ocupado total da PNAD.

DEFINIÇÃO DO ANO DE REFERÊNCIA

Em geral, a escolha do ano de referência de uma série de Contas Nacionais/Regionais deve recair sobre um ano para o qual se disponha de dados suficientemente detalhados e abrangentes para a construção, a partir de uma metodologia homogênea, da Conta de Produção.

A escolha do ano de referência recaiu sobre o ano de 2002, tendo em vista que foi aquele em que a PNAD recebe uma nova classificação (CNAE domiciliar), ficando compatível com os anos subseqüentes. Nesse mesmo ano, a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) passa a ser uma pesquisa com o perfil semelhante ao das outras pesquisas anuais, isto é, com estrato amostral e estrato certo, deixando de ser um painel. Dispõe-se também da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) com resultados para o ano de 2002/03 para balizar as estimativas de produção das atividades; e, finalmente, em 2003, a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) já está compatibilizada com a Pesquisa Industrial Anual (PIA) em suas ponderações, sendo este indicador de suma importância na mensuração do crescimento da indústria em volume de grande parte dos estados brasileiros.

Para os anos posteriores a 2002, já não se enfrentam problemas conceituais para a ausência de informações, como anteriormente para os anos intercensitários. A reformulação do modelo estatístico e incorporação por parte do IBGE de novas estatísticas suprem em parte a falta de indicadores regionais para algumas atividades (transporte, comércio, construção e serviços), já que estas pesquisas fornecem anualmente os valores correntes dos principais agregados. No entanto, para a partição entre a variação de volume e preço, ainda encontram-se algumas dificuldades de ausência de dados mais precisos.

ANÁLISE GERAL

O Estado de Alagoas em 2009 respondeu por 0,7% do PIB do país (ocupando a 20ª posição dentre as 27 Unidades Federativas), com um valor de R\$ 21.235 milhões, sendo R\$ 19.084 milhões proveniente do Valor Adicionado e R\$ 2.151 milhões referente à arrecadação de Impostos. O crescimento real foi na ordem de 2,1%, um aumento de 0,01 % em relação a 2008. Entretanto, a variação foi maior que o nacional e o da Região Nordeste, sendo esses correspondentes a -0,3% e 1,0% respectivamente.

Ademais, a Região Nordeste foi a que apresentou o segundo melhor desempenho no período, sendo superada apenas para a região centro-oeste, que cresceu 2,5%. Em relação aos estados nordestinos, no tocante a participação do PIB, Alagoas ficou em 4º lugar, abaixo do Piauí (6,2%), Sergipe (4,4%) e Pernambuco (2,8%). Os demais apresentaram as seguintes variações: Paraíba (1,6%), Rio Grande do Norte (1,5%), Ceará (0,0%), Bahia (-0,6%) e Maranhão (-1,7%). Ou seja, com exceção da Bahia e Maranhão, os demais estados nordestinos cresceram acima da média nacional.

O PIB *per capita*, segundo cálculos de 2009, atingiu R\$ 6.728,00, superando 2008, com R\$ 6.227,00. Em comparativo com os demais estados nordestinos, cuja média foi de R\$ 8.167,75, e todo o Brasil, com um PIB *per capita* de R\$ 16.917,66, Alagoas possui o terceiro menor PIB *per capita* do Nordeste e do País, superior apenas ao Maranhão (R\$ 6.259,43) e ao Piauí (R\$ 6.051,10).

Com base na composição do Volume por Valor Adicionado, lista-se as maiores taxas de crescimento por atividade econômica em 2009: Serviços Domésticos 16,0%, Intermediação Financeira, Seguros e Previdência Complementar 13,5%, Cultivo de Frutas Cítricas 8,1% e Serviços Prestados às Empresas 6,9%. Dentre os produtos que tiveram resultados menos satisfatórios: Silvicultura e Exploração Florestal -24,7%, Cultivo de Cana-de-Açúcar -14,0% e Cultivo de Outros Produtos da Lavoura Temporária -12,6% completam a lista em destaque.

ANÁLISE SETORIAL

Agropecuária

A agropecuária em 2009 representou 7,5% do Valor Adicionado¹ do Estado, com o montante de R\$ 1.430 milhões. Em comparação com o ano anterior, a taxa de variação foi de -9,5%, justificada pelos resultados negativos do setor agrícola e da pecuária, que apresentaram decréscimos na ordem de 12,0% e 2,4% respectivamente.

O resultado negativo da taxa de variação agrícola explica-se pela retração das seguintes atividades: cultivo de cereais, -4,5 % (com redução na produção de milho em grão em 18,8%); cultivo de cana-de-açúcar, -14,0% (cuja produção caiu em 8,3%); outros produtos da lavoura temporária, -12,6% (motivado principalmente pela queda em 14,4% na produção do feijão e 11,4% na fava em grãos). Ainda, outros produtos que também diminuíram a produção: Algodão herbáceo (49,7%), Mamão (6,9%), Manga (6,9%), Coco-da-baía (2,8%) e Mandioca (2,2%).

Referente à pecuária, em relação aos rebanhos mais expressivos (bovino, caprino, equino, ovino, suíno e vacas ordenhadas) houve aumento no contingente de Bovinos, (2,2 %) e Ovinos, (0,09%).

No comparativo com os anos anteriores, observa-se que o setor sentiu os efeitos da crise, a exceção do plantel de bovinos, que vem crescendo constantemente desde 2002. Uma das justificativas é que Alagoas comercializa a arroba sob preço superior aos demais mercados subnacionais. Os rebanhos que tiveram baixa no período foram: Vacas ordenhadas (-4,36%), caprinos (-3,38%), equinos (-0,24%) e suínos (-1,87%).

E em relação aos produtos de origem animal, houve queda na produção de ovos de codorna 33,9%, ovos de galinha 0,9% e de litros de leite, em 0,7%. Em contrapartida, a produção de mel aumentou 9,37%.

¹ Valor Adicionado-Valor que a atividade acrescenta aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

Indústria

Em relação à taxa de crescimento industrial, Alagoas encerrou 2009 com expansão de 1,4%, sobre igual período do ano anterior. Isso contribuiu para que a região nordestina obtivesse o segundo melhor resultado no período, com crescimento de 0,2%, enquanto a região centro-oeste cresceu 0,5% no período. As demais regiões brasileiras apresentaram variações negativas: Norte (-5,2%), Sudeste (-7,3%) e Sul (-5,5%).

Uma das motivações para a não desaceleração do setor industrial alagoano, em virtude da crise, é a composição do mesmo, que não contempla de forma significativa o setor de bens duráveis, fortemente atingido pela crise internacional. Entretanto, o setor sucroenergético e químico sentiram os efeitos da crise, sobretudo nas mudanças cambiais e redução do contingente exportado. No tocante a balança comercial, os dados do MDIC indicam uma queda de 21,12% nas exportações de açúcar e melão e 44,23% em álcool, demonstrando que o setor foi abalado. Ademais, a queda de 24,1% na atividade alimentos e bebidas (ligado a produção de açúcar) e redução de 11,0% da atividade de produtos químicos e fabricação de resina e elastômeros, contribuíram para o recuo de 0,9% na Indústria de transformação, o único subsetor com resultado negativo no período.

Os demais componentes da indústria alagoana obtiveram variações positivas: Construção civil 4,7%; Indústria extrativa mineral 2,8%; Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana 2,5%. Ressalta-se que o crescimento significativo do subsetor de Construção civil é reflexo de medidas adotadas no período, tais como redução do IPI de insumos para a construção e ampliação dos programas federais de habitação, em consonância com grandes investimentos econômicos e incentivos a construção. O subsetor de Construção civil de Alagoas só cresceu menos que Pernambuco, com alta de 5,5 % e Roraima, com 7,5% de variação em termos reais.

Mesmo com desempenho positivo da construção civil e apresentando alta de 1,4%, o setor industrial não impediu que Valor Adicionado estadual reduzisse de 23,2% para 20,6% (R\$ 3.925 milhões). Tal fenômeno é explicado pela queda na Indústria de Transformação, dada a importância do setor sucroenergético, que sentiu os efeitos conjunturais e representa maior parte do Valor Adicionado.

Serviços

Responsável por 71,9% do Valor Adicionado estadual com o montante de R\$ 13.728 milhões, o setor de Serviços em 2009 apresentou um crescimento de 3,6%, em comparação com 2008. Tal variação foi superior a média brasileira (2,1%) e nordestina (2,2%), um fator positivo, visto a importância do setor terciário na composição do PIB alagoano.

Os destaques foram para Serviços Domésticos 16,0%; Intermediação Financeira, Seguros e Previdência Complementar 13,5%; Serviços Prestados às Empresas 6,9%; Serviços de Alojamento e Alimentação 5,3%; Serviços Prestados as Famílias 5,0%; Administração, Saúde e Educação Pública 4,4%; Comércio e Serviços de Manutenção 2,3%; Atividades Imobiliárias e Aluguéis 0,4%.

Em relação aos serviços de intermediação financeira, tal impulso foi ocasionado pelas políticas econômicas adotadas no combate à crise, que impactou positivamente tanto no setor industrial, quanto nos serviços. Entre tais medidas, destaca-se o aumento no crédito ao consumidor, desonerações fiscais, estabilidade na geração de emprego e crescimento da massa salarial.

Por outro lado, os setores que apresentaram variações negativas foram: Serviços de informação (-9,5%), em função de alteração metodológica nesta atividade; e Transportes (-2,0%), provocada pela paralisação do modal ferroviário de carga.

Composição do PIB de Alagoas - 2008-09

ANO	Moeda	Valor Adicionado Bruto (a preço básico corrente) (+)	Impostos Sobre Produtos, líquidos de subsídios (+)	Produto Interno Bruto (a preço de mercado corrente) (=)	Varição Real Anual do PIB 2008/2007 e 2009/2008 (%)
2008	R\$ milhão	17.443	2.034	19.477	4,1
2009	R\$ milhão	19.084	2.151	21.235	2,1

Fonte: IBGE/Seplande-AL, Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

População Residente Estimada e PIB *per capita* de Alagoas - 2008-09

ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE	PIB <i>per capita</i> (R\$ 1,00)	VARIAÇÃO ANUAL NOMINAL DO PIB <i>per capita</i> (%)
2008	3.127.557	6.227	6,3
2009	3.156.108	6.728	8,0

Fonte: IBGE/Seplande-AL, **Elaboração:** Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

Composição do Produto Interno Bruto, a preço de mercado corrente, variação real e *ranking* do crescimento real, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2009

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	VALOR (1 000 000 R\$)				<i>ranking</i> do crescimento real
	Valor adicionado bruto a preço básico corrente	Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios	Produto interno bruto a preço de mercado corrente	Variação real anual 2009/2008	
	(+)	(+)	(=)	(%)	
BRASIL	2 794 379	445 025	3 239 404	-0,3	-
NORTE	144 471	18 737	163 208	-0,3	-
Rondônia	18.069	2.167	20 236	7,3	1º
Acre	6.797	590	7 386	1,2	14º
Amazonas	41.719	7.896	49 614	-2,0	24º
Roraima	5.153	440	5 593	4,6	3º
Pará	52.466	5.936	58 402	-3,2	25º
Amapá	6.899	505	7 404	4,0	5º
Tocantins	13.368	1.203	14 571	3,8	7º
NORDESTE	387 317	50 403	437 720	1,0	-
Maranhão	36.067	3.788	39 855	-1,7	23º
Piauí	17.006	2.027	19 033	6,2	2º
Ceará	58.012	7.692	65 704	0,0	17º
Rio Grande do Norte	24.700	3.205	27 905	1,5	13º
Paraíba	25.926	2.792	28 719	1,6	12º
Pernambuco	67.326	11.102	78 428	2,8	8º
Alagoas	19.084	2.151	21 235	2,1	10º
Sergipe	17.780	1.987	19 767	4,4	4º
Bahia	121.416	15.658	137 075	-0,6	20º
SUDESTE	1 519 448	272 602	1 792 049	-1,0	-
Minas Gerais	252.340	34.715	287 055	-4,0	26º
Espírito Santo	54.182	12.581	66 763	-6,7	27º
Rio de Janeiro	301.539	52.339	353 878	2,0	11º
São Paulo	911.386	172.967	1 084 353	-0,8	21º
SUL	468 604	67 058	535 662	-0,6	-
Paraná	166.369	23.623	189 992	-1,3	22º
Santa Catarina	113.332	16.474	129 806	-0,1	18º
Rio Grande do Sul	188.903	26.961	215 864	-0,4	19º
CENTRO-OESTE	274 539	36 226	310 765	2,5	-
Mato Grosso do Sul	31.258	5.110	36 368	0,4	16º
Mato Grosso	51.279	6.015	57 294	2,4	9º
Goiás	75.552	10.064	85 615	0,9	15º
Distrito Federal	116.450	15.038	131 487	4,0	6º

Fonte: IBGE/Seplande-AL

Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

Variação real anual do Produto Interno Bruto, a preço de mercado corrente, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004/2009

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Variação real anual (%)				
	2005/2004	2006/2005	2007/2006	2008/2007	2009/2008
BRASIL	3,2	4,0	6,1	5,2	-0,3
NORTE	6,6	4,8	3,8	4,8	-0,3
Rondônia	4,5	3,6	5,2	3,2	7,3
Acre	7,3	5,4	6,5	6,9	1,2
Amazonas	10,2	2,6	4,5	4,5	-2,0
Roraima	4,4	6,3	2,6	7,6	4,6
Pará	4,2	7,1	2,2	4,9	-3,2
Amapá	6,3	5,8	5,1	2,9	4,0
Tocantins	7,3	3,1	4,7	6,1	3,8
NORDESTE	4,6	4,8	4,8	5,5	1,0
Maranhão	7,3	5,0	9,1	4,4	-1,7
Piauí	4,5	6,1	2,0	8,8	6,2
Ceará	3,0	8,0	3,3	8,5	0,0
Rio Grande do Norte	4,3	4,8	2,6	4,5	1,5
Paraíba	4,0	6,7	2,2	5,5	1,6
Pernambuco	4,2	5,1	5,4	5,3	2,8
Alagoas	4,9	4,4	4,1	4,1	2,1
Sergipe	5,5	4,1	6,2	2,6	4,4
Bahia	4,7	2,7	5,3	5,2	-0,6
SUDESTE	3,5	4,1	6,4	5,5	-1,0
Minas Gerais	4,0	3,9	5,6	5,2	-4,0
Espírito Santo	4,3	7,7	7,8	7,8	-6,7
Rio de Janeiro	2,9	4,0	3,6	4,1	2,0
São Paulo	3,6	4,0	7,4	5,9	-0,8
SUL	-0,8	3,3	6,5	3,4	-0,6
Paraná	-0,1	2,0	6,7	4,3	-1,3
Santa Catarina	1,6	2,6	6,0	3,0	-0,1
Rio Grande do Sul	-2,8	4,7	6,5	2,7	-0,4
CENTRO-OESTE	4,6	2,8	6,8	6,0	2,5
Mato Grosso do Sul	3,4	5,2	7,0	6,4	0,4
Mato Grosso	5,0	-4,6	11,3	7,9	2,4
Goiás	4,2	3,1	5,5	8,0	0,9
Distrito Federal	5,1	5,4	5,9	3,8	4,0

Fonte: IBGE/Seplande-AL

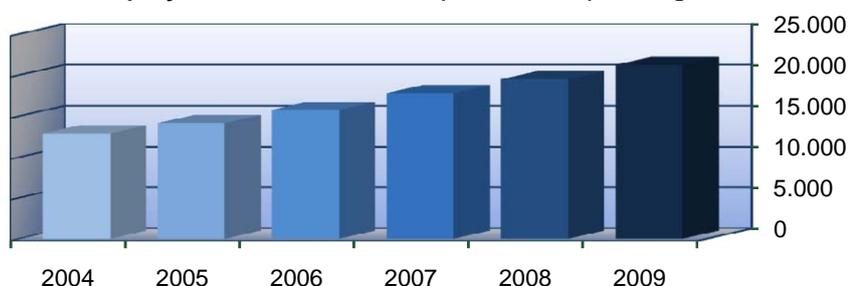
Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

Composição do Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente de Alagoas - 2004-09

Ano	VALOR (1 000 000 R\$)				
	Valor adicionado a preço básico corrente (+)	Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios (+)	PIB a preço de mercado corrente (=)	Variação nominal anual (%)	Variação real anual (%)
2004	11.653	1.238	12.891	15,0	4,4
2005	12.751	1.388	14.139	9,7	4,9
2006	14.112	1.636	15.748	11,4	4,4
2007	15.968	1.825	17.793	13,0	4,1
2008	17.443	2.034	19.477	9,5	4,1
2009	19.084	2.151	21.235	9,0	2,1

Fonte: IBGE/Seplande-AL Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

PIB a preço de mercado corrente (1 000 000 R\$) de Alagoas - 2004-09



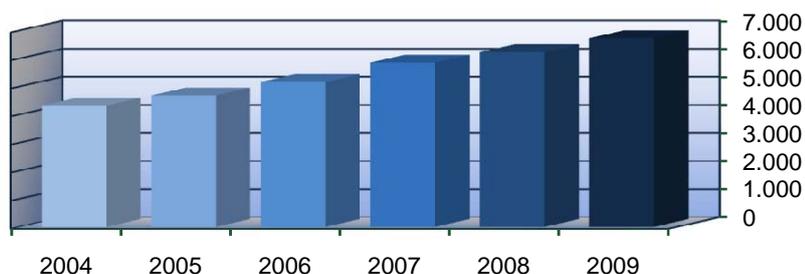
Fonte: IBGE/Seplande-AL Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

Produto Interno Bruto *per capita* de Alagoas - 2004-09

Ano	PIB <i>per capita</i> (1,00 R\$)	Variação nominal anual (%)
2004	4.324	-
2005	4.688	8,4
2006	5.162	10,1
2007	5.858	13,5
2008	6.227	6,3
2009	6.728	8,0

Fonte: IBGE/Seplande-AL Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

Produto Interno Bruto *per capita* de Alagoas - 2004-09



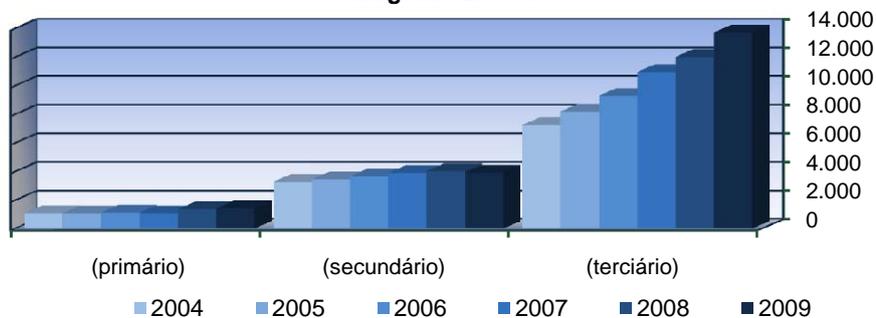
Fonte: IBGE/Seplande-AL Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

Valor Adicionado, a preço básico, por setor de atividade de Alagoas - 2004-09

Ano	VALOR ADICIONADO (1 000 000 R\$)			
	Total	Agropecuária (primário)	Indústria (secundário)	Serviços (terciário)
2004	11.653	1.098	3.292	7.263
2005	12.751	1.092	3.455	8.204
2006	14.112	1.142	3.666	9.304
2007	15.968	1.090	3.915	10.963
2008	17.443	1.376	4.041	12.026
2009	19.084	1.430	3.925	13.728

Fonte: IBGE/Seplande-AL Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

Valor Adicionado a preço básico (1 000 000 R\$), por setor de atividade, de Alagoas - 2004-09



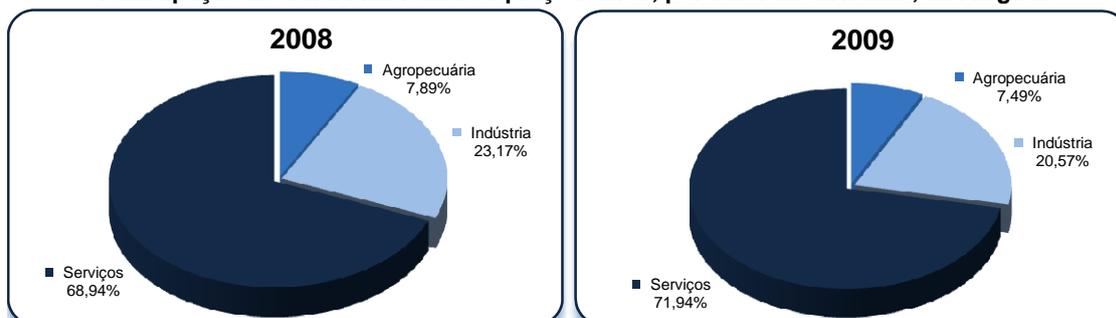
Fonte: IBGE/Seplande-AL Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

Participação (%) no Valor Adicionado, a preço básico, por setor de atividade de Alagoas - 2004-09

Ano	PARTICIPAÇÃO (%) NO VALOR ADICIONADO		
	Agropecuária (primário)	Indústria (secundário)	Serviços (terciário)
2004	9,42	28,25	62,33
2005	8,56	27,10	64,34
2006	8,09	25,98	65,93
2007	6,83	24,52	68,65
2008	7,89	23,17	68,94
2009	7,49	20,57	71,94

Fonte: IBGE/Seplande-AL Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

Participação no Valor Adicionado a preço básico, por setor de atividade, de Alagoas

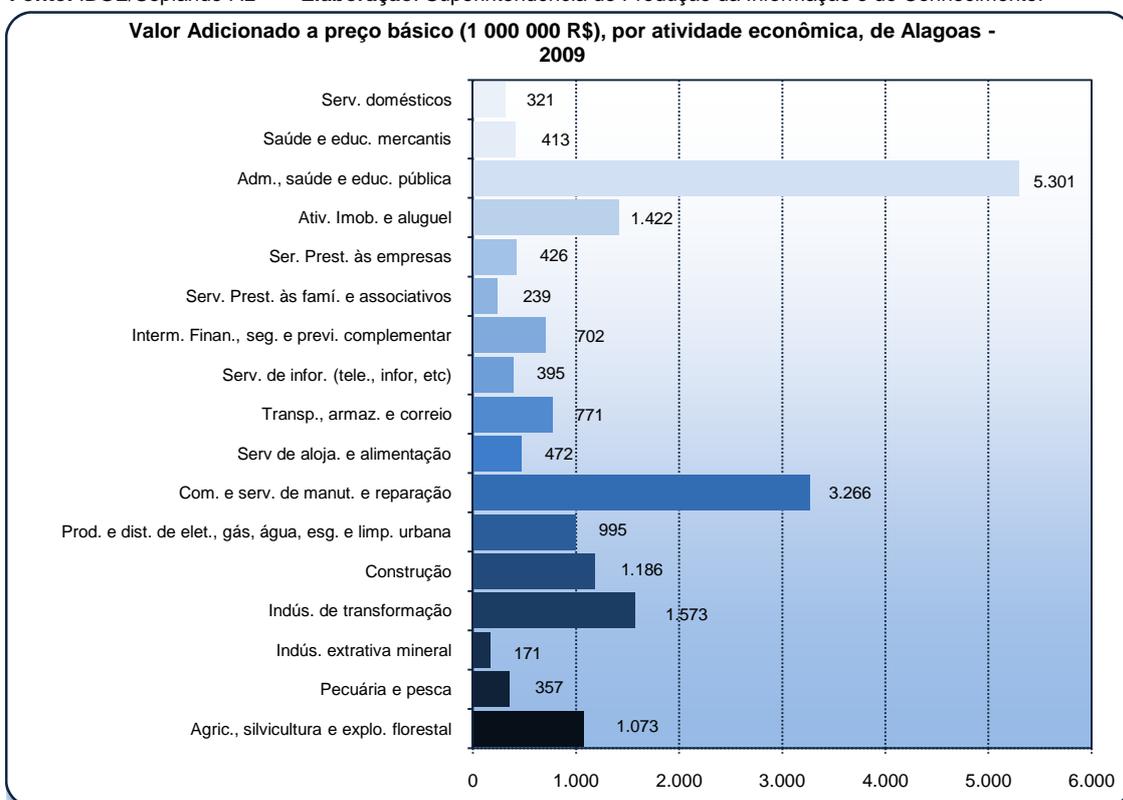


Fonte: IBGE/Seplande-AL Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

Valor Adicionado, a preço básico, por atividade econômica de Alagoas - 2004-09

Atividade Econômica	VALOR ADICIONADO (1 000 000 R\$)					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
TOTAL	11.653	12.751	14.112	15.968	17.443	19.084
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	855	831	885	795	1.026	1.073
Pecuária e pesca	243	260	257	296	350	357
Indústria extrativa mineral	108	160	237	336	317	171
Indústria de transformação	1.807	1.646	1.634	1.866	1.926	1.573
Construção	623	787	707	848	920	1.186
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	755	862	1.088	866	878	995
Comércio e serviços de manutenção e reparação	1.472	1.475	1.700	2.328	2.458	3.266
Serviços de alojamento e alimentação	213	191	290	321	423	472
Transportes, armazenagem e correio	370	570	633	733	677	771
Serviços de informação (telecomunicações, informática, etc)	439	608	627	631	546	395
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	357	442	487	591	590	702
Serviços prestados às famílias e associativos	148	180	179	221	247	239
Serviços prestados às empresas	234	253	365	400	431	426
Atividades imobiliárias e aluguel	934	998	1.035	1.129	1.302	1.422
Administração, saúde e educação pública	2.658	3.035	3.496	4.035	4.743	5.301
Saúde e educação mercantis	288	286	304	337	361	413
Serviços domésticos	150	167	188	237	246	321

Fonte: IBGE/Seplande-AL Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

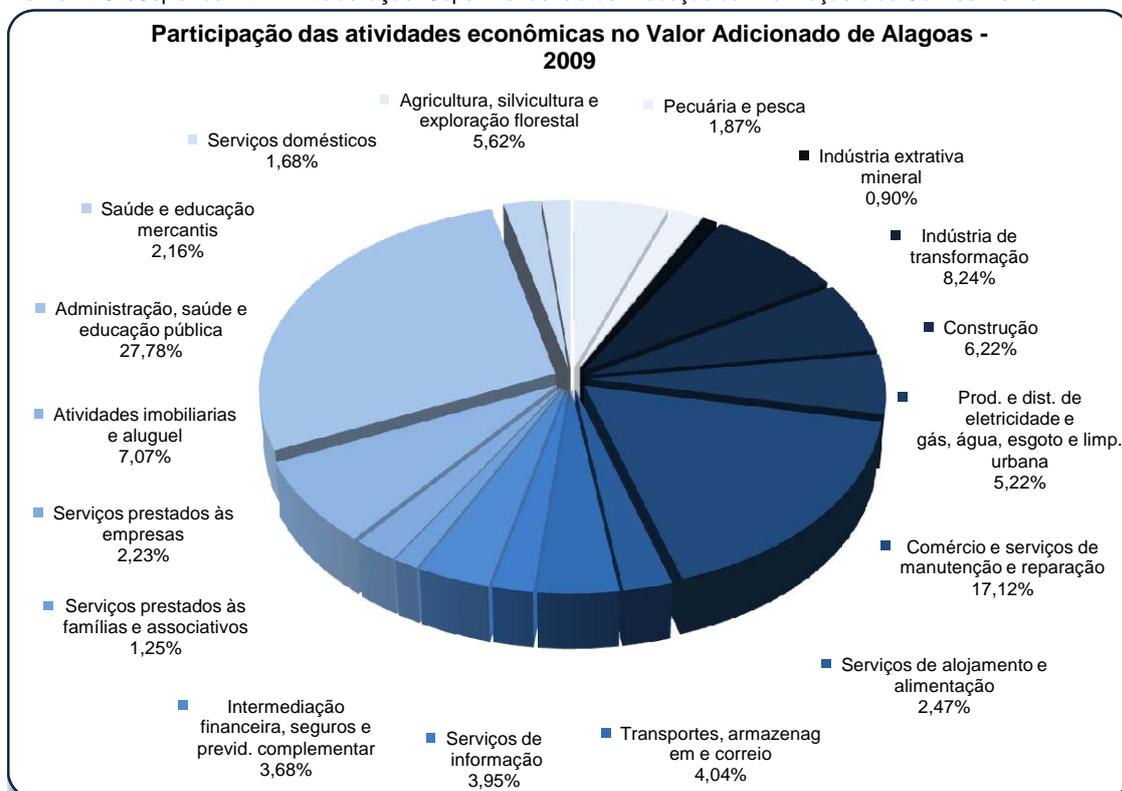


Fonte: IBGE/Seplande-AL Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado de Alagoas - 2004-09

Atividade Econômica	VALOR ADICIONADO (%)					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	7,34	6,52	6,27	4,98	5,88	5,62
Pecuária e pesca	2,08	2,04	1,82	1,85	2,01	1,87
Indústria extrativa mineral	0,92	1,26	1,68	2,11	1,82	0,90
Indústria de transformação	15,51	12,91	11,58	11,68	11,04	8,24
Construção	5,34	6,17	5,01	5,31	5,27	6,22
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	6,48	6,76	7,71	5,42	5,04	5,22
Comércio e serviços de manutenção e reparação	12,63	11,56	12,05	14,58	14,09	17,12
Serviços de alojamento e alimentação	1,83	1,50	2,05	2,01	2,43	2,47
Transportes, armazenagem e correio	3,18	4,47	4,49	4,59	3,88	4,04
Serviços de informação (telecomunicações, informática, etc)	3,76	4,77	4,44	3,95	3,13	2,07
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	3,06	3,47	3,45	3,70	3,38	3,68
Serviços prestados às famílias e associativos	1,27	1,41	1,27	1,39	1,42	1,25
Serviços prestados às empresas	2,01	1,98	2,59	2,50	2,47	2,23
Atividades imobiliárias e aluguel	8,02	7,83	7,33	7,07	7,46	7,45
Administração, saúde e educação pública	22,81	23,80	24,77	25,27	27,19	27,78
Saúde e educação mercantis	2,47	2,24	2,16	2,11	2,07	2,16
Serviços domésticos	1,29	1,31	1,33	1,48	1,41	1,68

Fonte: IBGE/Seplande-AL Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.



Fonte: IBGE/Seplande-AL Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, Valor Adicionado por setor de atividade e Impostos, do Brasil e Região Nordeste - 2007-09

ANOS	VALOR (1 000 000 R\$)										
	Brasil	Região Nordeste									
		Total	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia
PIB											
2007	2.661.345	347.797	31.606	14.136	50.331	22.926	22.202	62.256	17.793	16.896	109.652
2008	3.031.864	397.503	38.487	16.761	60.099	25.481	25.697	70.441	19.477	19.552	121.508
2009	3.239.404	437.720	39.855	19.033	65.704	27.905	28.719	78.428	21.235	19.767	137.075
Valor Adicionado Total											
2007	2.287.858	304.876	28.321	12.603	44.169	20.238	19.935	53.313	15.968	15.168	95.161
2008	2.580.110	348.337	34.620	14.957	52.733	22.405	23.091	60.110	17.443	17.592	105.386
2009	2.794.379	387.317	36.067	17.006	58.012	24.700	25.926	67.326	19.084	17.780	121.416
VA da Agropecuária (primário)											
2007	127.267	23.742	5.271	1.035	2.736	1.027	1.118	2.543	1.090	700	8.221
2008	152.273	29.975	7.682	1.631	3.721	1.021	1.409	3.234	1.376	909	8.991
2009	157.232	28.546	5.982	1.727	2.961	1.305	1.475	3.246	1.430	1.045	9.375
VA da Indústria (secundário)											
2007	636.280	73.986	5.059	2.134	10.409	4.869	4.464	11.702	3.915	4.640	26.793
2008	719.987	83.836	5.838	2.421	12.449	5.690	4.952	13.106	4.041	5.807	29.530
2009	749.699	91.802	5.537	2.888	14.220	4.921	5.732	14.795	3.925	4.963	34.821
VA dos Serviços (terciário)											
2007	1.524.311	207.148	17.991	9.433	31.025	14.342	14.353	39.068	10.963	9.828	60.147
2008	1.707.850	234.526	21.099	10.905	36.562	15.694	16.729	43.770	12.026	10.876	66.864
2009	1.887.448	266.969	24.547	12.391	40.830	18.474	18.720	49.285	13.728	11.772	77.221
Impostos											
2007	373.487	42.921	3.285	1.533	6.162	2.687	2.267	8.942	1.825	1.727	14.491
2008	451.754	49.166	3.867	1.804	7.365	3.076	2.606	10.331	2.034	1.959	16.123
2009	445.025	50.403	3.788	2.027	7.692	3.205	2.792	11.102	2.151	1.987	15.658

Fonte: IBGE/Seplande-AL

Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

**Participação (%) do Valor Adicionado e dos Impostos no PIB do Brasil e da Região Nordeste
- 2007-09**

ANOS	Brasil	REGIÃO NORDESTE									
		Total	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia
Participação do VA Total no PIB											
2007	85,97	87,66	89,61	89,15	87,76	88,28	89,79	85,64	89,74	89,78	86,78
2008	85,10	87,63	89,95	89,24	87,74	87,93	89,86	85,33	89,56	89,98	86,73
2009	86,26	88,49	90,50	89,35	88,29	88,52	90,28	85,84	89,87	89,95	88,58
Participação da Agropecuária (primário) no VA Total											
2007	5,56	7,79	18,61	8,22	6,19	5,07	5,61	4,77	6,83	4,62	8,64
2008	5,91	8,60	22,19	10,90	7,06	4,56	6,10	5,38	7,89	5,17	8,53
2009	5,63	7,37	16,59	10,16	5,10	5,28	5,69	4,82	7,49	5,88	7,72
Participação da Indústria (secundário) no VA Total											
2007	27,81	24,27	17,86	16,93	23,57	24,06	22,39	21,95	24,52	30,59	28,16
2008	27,90	24,07	16,86	16,19	23,61	25,40	21,45	21,80	23,17	33,01	28,02
2009	26,83	23,70	15,35	16,98	24,51	19,92	22,11	21,98	20,57	27,91	28,68
Participação dos Serviços (terciário) no VA Total											
2007	66,63	67,95	63,53	74,85	70,24	70,87	72,00	73,28	68,65	64,79	63,21
2008	66,18	67,33	60,95	72,91	69,33	70,05	72,45	72,82	68,94	61,82	63,45
2009	67,54	68,93	68,06	72,86	70,38	74,79	72,20	73,20	71,94	66,21	63,60
Participação dos Impostos no PIB											
2007	14,03	12,34	10,39	10,85	12,24	11,72	10,21	14,36	10,26	10,22	13,22
2008	14,90	12,37	10,05	10,76	12,26	12,07	10,14	14,67	10,44	10,02	13,27
2009	13,74	11,51	9,50	10,65	11,71	11,48	9,72	14,16	10,13	10,05	11,42

Fonte: IBGE/Seplande-AL

Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

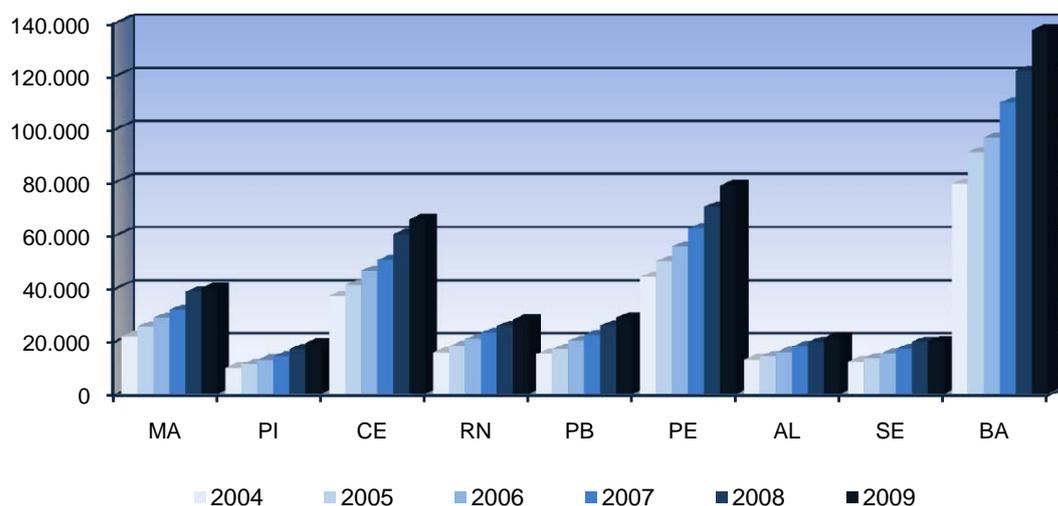
Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente do Brasil e da Região Nordeste - 2004-09

Brasil e Região Nordeste	PRODUTO INTERNO BRUTO (1 000 000 R\$)					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	1.941.498	2.147.239	2.369.484	2.661.345	3.032.203	3.239.404
Região Nordeste	247.043	280.545	311.104	347.797	397.500	437.720
Maranhão	21.605	25.335	28.620	31.606	38.486	39.855
Piauí	9.817	11.129	12.788	14.136	16.760	19.033
Ceará	36.866	40.935	46.303	50.331	60.099	65.704
Rio Grande do Norte	15.580	17.870	20.555	22.926	25.481	27.905
Paraíba	15.022	16.869	19.951	22.202	25.697	28.719
Pernambuco	44.011	49.922	55.493	62.256	70.441	78.428
Alagoas	12.891	14.139	15.748	17.793	19.477	21.235
Sergipe	12.167	13.427	15.124	16.896	19.552	19.767
Bahia	79.083	90.919	96.521	109.652	121.507	137.075

Fonte: IBGE/Seplande-AL

Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

PIB a preço de mercado corrente, por Estados da Região Nordeste - 2004-09



Fonte: IBGE/Seplande-AL

Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, segundo participação e ranking das Unidades da Federação - 2004-06

Brasil e Unidades da Federação	PRODUTO INTERNO BRUTO								
	2004			2005			2006		
	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	ran- king	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	ran- king	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	ran- king
BRASIL	1.941.498	100,00	-	2.147.239	100,00	-	2.369.484	100,00	-
São Paulo	643.487	33,14	1	726.984	33,86	1	802.655	33,87	1
Rio de Janeiro	222.945	11,48	2	247.018	11,50	2	275.327	11,62	2
Minas Gerais	177.325	9,13	3	192.639	8,97	3	214.754	9,06	3
Rio Grande do Sul	137.831	7,10	4	144.218	6,72	4	156.827	6,62	4
Paraná	122.434	6,31	5	126.677	5,90	5	136.615	5,77	5
Bahia	79.083	4,07	6	90.919	4,23	6	96.521	4,07	6
Santa Catarina	77.393	3,99	7	85.316	3,97	7	93.147	3,93	7
Distrito Federal	70.724	3,64	8	80.527	3,75	8	89.629	3,78	8
Goiás	48.021	2,47	9	50.534	2,35	9	57.057	2,41	9
Pernambuco	44.011	2,27	10	49.922	2,32	10	55.493	2,34	10
Espírito Santo	40.217	2,07	11	47.223	2,20	11	52.778	2,23	11
Ceará	36.866	1,90	13	40.935	1,91	12	46.303	1,95	12
Pará	35.563	1,83	14	39.121	1,82	13	44.370	1,87	13
Mato Grosso	36.961	1,90	12	37.466	1,74	14	35.258	1,49	15
Amazonas	30.314	1,56	15	33.352	1,55	15	39.157	1,65	14
Maranhão	21.605	1,11	16	25.335	1,18	16	28.620	1,21	16
Mato Grosso do Sul	21.105	1,09	17	21.651	1,01	17	24.341	1,03	17
Rio Grande do Norte	15.580	0,80	18	17.870	0,83	18	20.555	0,87	18
Paraíba	15.022	0,77	19	16.869	0,79	19	19.951	0,84	19
Alagoas	12.891	0,66	20	14.139	0,66	20	15.748	0,66	20
Sergipe	12.167	0,63	21	13.427	0,63	21	15.124	0,64	21
Rondônia	11.260	0,58	22	12.884	0,60	22	13.107	0,55	22
Piauí	9.817	0,51	23	11.129	0,52	23	12.788	0,54	23
Tocantins	8.278	0,43	24	9.061	0,42	24	9.605	0,41	24
Acre	3.940	0,20	25	4.483	0,21	25	4.835	0,20	26
Amapá	3.846	0,20	26	4.361	0,20	26	5.260	0,22	25
Roraima	2.811	0,14	27	3.179	0,15	27	3.660	0,15	27

Fonte: IBGE/Seplande-AL

Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, segundo participação e ranking das Unidades da Federação - 2007-09

Brasil e Unidades da Federação	PRODUTO INTERNO BRUTO								
	2007			2008			2009		
	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	ran- king	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	ran- king	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	ran- king
BRASIL	2.661.345	100,00	-	3.032.203	100,00	-	3.239.404	100,00	-
São Paulo	902.784	33,92	1	1.003.015	33,08	1	1.084.353	33,47	1
Rio de Janeiro	296.768	11,15	2	343.182	11,32	2	353.878	10,92	2
Minas Gerais	241.293	9,07	3	282.521	9,32	3	287.055	8,86	3
Rio Grande do Sul	176.615	6,64	4	199.494	6,58	4	215.864	6,66	4
Paraná	161.582	6,07	5	179.263	5,91	5	189.992	5,87	5
Santa Catarina	104.623	3,93	7	123.282	4,07	6	129.806	4,23	8
Bahia	109.652	4,12	6	121.507	4,01	7	137.075	4,06	6
Distrito Federal	99.946	3,76	8	117.572	3,88	8	131.487	4,01	7
Goiás	65.210	2,45	9	75.271	2,48	9	85.615	2,64	9
Pernambuco	62.256	2,34	10	70.441	2,32	10	78.428	2,42	10
Espírito Santo	60.340	2,27	11	69.870	2,30	11	66.763	2,06	11
Ceará	50.331	1,89	12	60.099	1,98	12	65.704	2,03	12
Pará	49.507	1,86	13	58.519	1,93	13	58.402	1,80	13
Mato Grosso	42.687	1,60	14	53.386	1,76	14	57.294	1,77	14
Amazonas	42.023	1,58	15	46.823	1,54	15	49.614	1,53	15
Maranhão	31.606	1,19	16	38.486	1,27	16	39.855	1,23	16
Mato Grosso do Sul	28.121	1,06	17	33.143	1,09	17	36.368	1,12	17
Paraíba	22.202	0,83	19	25.697	0,85	18	28.719	0,89	18
Rio Grande do Norte	22.926	0,86	18	25.481	0,84	19	27.905	0,86	19
Sergipe	16.896	0,63	21	19.552	0,64	20	19.767	0,62	22
Alagoas	17.793	0,67	20	19.477	0,64	21	21.235	0,66	20
Rondônia	15.003	0,56	22	17.888	0,59	22	20.236	0,61	21
Piauí	14.136	0,53	23	16.760	0,55	23	19.033	0,59	23
Tocantins	11.094	0,42	24	13.090	0,43	24	14.571	0,45	24
Amapá	6.022	0,23	25	6.765	0,22	25	7.404	0,23	25
Acre	5.761	0,22	26	6.730	0,22	26	7.386	0,23	26
Roraima	4.169	0,16	27	4.889	0,16	27	5.593	0,17	27

Fonte: IBGE/Seplande-AL

Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, segundo participação e ranking, por Estados da Região Nordeste - 2004-06

Região Nordeste	PRODUTO INTERNO BRUTO								
	2004			2005			2006		
	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	ran- king	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	ran- king	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	ran- king
Nordeste	247.043	100,00	-	280.545	100,00	-	311.104	100,00	-
Bahia	79.083	32,01	1	90.919	32,41	1	96.521	31,03	1
Pernambuco	44.011	17,82	2	49.922	17,79	2	55.493	17,84	2
Ceará	36.866	14,92	3	40.935	14,59	3	46.303	14,88	3
Maranhão	21.605	8,75	4	25.335	9,03	4	28.620	9,20	4
Rio Grande do Norte	15.580	6,31	5	17.870	6,37	5	20.555	6,61	5
Paraíba	15.022	6,08	6	16.869	6,01	6	19.951	6,41	6
Alagoas	12.891	5,22	7	14.139	5,04	7	15.748	5,06	7
Sergipe	12.167	4,93	8	13.427	4,79	8	15.124	4,86	8
Piauí	9.817	3,97	9	11.129	3,97	9	12.788	4,11	9

Fonte: IBGE/Seplande-AL Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, segundo participação e ranking, por Estados da Região Nordeste - 2007-09

Região Nordeste	PRODUTO INTERNO BRUTO								
	2007			2008			2009		
	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	ran- king	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	ran- king	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	ran- king
Nordeste	347.797	100,00	-	397.503	100,00	-	437.720	100,00	-
Bahia	109.652	31,53	1	121.508	30,57	1	137.075	31,32	1
Pernambuco	62.256	17,90	2	70.441	17,72	2	78.428	17,92	2
Ceará	50.331	14,47	3	60.099	15,12	3	65.704	15,01	3
Maranhão	31.606	9,09	4	38.487	9,68	4	39.855	9,11	4
Paraíba	22.202	6,38	6	25.697	6,46	5	28.719	6,56	5
Rio Grande do Norte	22.926	6,59	5	25.481	6,41	6	27.905	6,38	6
Sergipe	16.896	4,86	8	19.552	4,92	7	19.767	4,52	8
Alagoas	17.793	5,12	7	19.477	4,90	8	21.235	4,85	7
Piauí	14.136	4,06	9	16.761	4,22	9	19.033	4,35	9

Fonte: IBGE/Seplande-AL Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

Produto Interno Bruto *per capita* , segundo *ranking* das Unidades da Federação 2004-06

Brasil e Unidades da Federação	PRODUTO INTERNO BRUTO <i>per capita</i>					
	2004		2005		2006	
	Valor (1,00 R\$)	<i>ranking</i>	Valor (1,00 R\$)	<i>ranking</i>	Valor (1,00 R\$)	<i>ranking</i>
BRASIL	10.692	-	11.658	-	12.687	-
Distrito Federal	30.991	1	34.515	1	37.599	1
São Paulo	16.158	2	17.976	2	19.550	2
Rio de Janeiro	14.664	3	16.057	3	17.693	3
Santa Catarina	13.403	5	14.543	4	15.633	4
Espírito Santo	11.998	8	13.855	5	15.235	5
Mato Grosso	13.445	4	13.365	6	14.305	6
Rio Grande do Sul	12.850	6	13.298	7	13.152	7
Paraná	12.080	7	12.344	8	12.341	8
Amazonas	9.658	9	10.318	9	11.826	9
Minas Gerais	9.336	11	10.014	10	11.025	10
Mato Grosso do Sul	9.461	10	9.561	11	10.592	11
Goiás	8.718	12	8.992	12	9.956	12
Rondônia	7.209	14	8.396	13	9.074	13
Roraima	7.361	13	8.125	14	8.543	14
Amapá	7.026	15	7.335	15	8.389	15
Tocantins	6.556	16	6.939	16	7.559	16
Sergipe	6.289	17	6.824	17	7.208	17
Acre	6.251	18	6.694	18	7.041	18
Bahia	5.780	19	6.581	19	6.919	19
Rio Grande do Norte	5.260	21	5.950	20	6.753	20
Pernambuco	5.287	20	5.933	21	6.527	21
Pará	5.192	22	5.612	22	6.240	22
Ceará	4.622	23	5.055	23	5.635	23
Paraíba	4.210	25	4.691	24	5.507	24
Alagoas	4.324	24	4.688	25	5.162	25
Maranhão	3.588	26	4.151	26	4.628	26
Piauí	3.297	27	3.701	27	4.212	27

Fonte: IBGE/Seplande-AL

Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

Produto Interno Bruto *per capita* , segundo *ranking* das Unidades da Federação 2007-09

Brasil e Unidades da Federação	PRODUTO INTERNO BRUTO <i>per capita</i>					
	2007		2008		2009	
	Valor (1,00 R\$)	<i>ranking</i>	Valor (1,00 R\$)	<i>ranking</i>	Valor (1,00 R\$)	<i>ranking</i>
BRASIL	14.465	-	15.990	-	16.918	-
Distrito Federal	40.696	1	45.978	1	50.438	1
São Paulo	22.667	2	24.457	2	26.202	2
Rio de Janeiro	19.245	3	21.621	3	22.103	3
Santa Catarina	18.003	4	20.369	4	21.215	4
Espírito Santo	17.834	5	20.231	5	19.145	6
Mato Grosso	16.689	6	17.927	7	19.087	7
Rio Grande do Sul	15.711	7	18.378	6	19.778	5
Paraná	14.954	8	16.928	8	17.779	8
Amazonas	13.043	9	14.014	11	14.621	10
Minas Gerais	12.519	10	14.233	9	14.329	12
Mato Grosso do Sul	12.411	11	14.188	10	15.407	9
Goiás	11.548	12	12.879	12	14.447	11
Rondônia	10.534	13	11.977	13	13.456	13
Roraima	10.320	14	11.845	14	13.270	14
Amapá	10.254	15	11.033	15	11.817	15
Tocantins	8.921	16	10.223	16	11.278	16
Sergipe	8.789	17	9.779	18	9.787	18
Acre	8.712	18	9.896	17	10.687	17
Bahia	7.787	19	8.378	19	9.365	19
Rio Grande do Norte	7.607	20	8.203	20	8.894	21
Pernambuco	7.337	21	8.065	21	8.902	20
Pará	7.007	22	7.993	22	7.859	22
Ceará	6.149	23	7.112	23	7.687	23
Paraíba	6.097	24	6.866	24	7.618	24
Alagoas	5.858	25	6.227	25	6.728	25
Maranhão	5.165	26	6.104	26	6.259	26
Piauí	4.662	27	5.373	27	6.051	27

Fonte: IBGE/Seplande-AL

Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

Produto Interno Bruto *per capita*, segundo *ranking*, por Estados da Região Nordeste - 2004-09

Região Nordeste	PRODUTO INTERNO BRUTO <i>per capita</i>											
	2004		2005		2006		2007		2008		2009	
	Valor (1,00 R\$)	<i>ran- king</i>	Valor (1,00 R\$)	<i>ran- king</i>	Valor (1,00 R\$)	<i>ran- king</i>	Valor (1,00 R\$)	<i>ran- king</i>	Valor (1,00 R\$)	<i>ran- king</i>	Valor (1,00 R\$)	<i>ran- king</i>
Nordeste	4.899	-	5.499	-	6.028	-	6.749	-	7.487	-	8.168	-
Sergipe	6.289	1	6.824	1	7 559	1	8.712	1	9.779	1	9.787	1
Bahia	5.780	2	6.581	2	6 919	2	7.787	2	8.378	2	9.365	2
Rio Grande do Norte	5.260	4	5.950	3	6 753	3	7.607	3	8.203	3	8.894	4
Pernambuco	5.287	3	5.933	4	6 527	4	7.337	4	8.065	4	8.902	3
Ceará	4.622	5	5.055	5	5 635	5	6.149	5	7.112	5	7.687	5
Paraíba	4.210	7	4.691	6	5 507	6	6.097	6	6.866	6	7.618	6
Alagoas	4.324	6	4.688	7	5 162	7	5.858	7	6.227	7	6.728	7
Maranhão	3.588	8	4.151	8	4 628	8	5.165	8	6.104	8	6.259	8
Piauí	3.297	9	3.701	9	4 212	9	4.662	9	5.372	9	6.051	9

Fonte: IBGE/Seplande-AL **Elaboração:** Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

Produto Interno Bruto de Alagoas, do Nordeste e do Brasil, segundo participação - 2004-09

Ano	PRODUTO INTERNO BRUTO					
	Valor (1 000 000 R\$)			Participação (%)		
	Alagoas	Nordeste	Brasil	AL/NE	AL/BR	NE/BR
2004	12.891	247.043	1.941.498	5,22	0,66	12,72
2005	14.139	280.545	2.147.239	5,04	0,66	13,07
2006	15.748	311.104	2.369.484	5,06	0,66	13,13
2007	17.793	347.797	2.661.345	5,12	0,67	13,07
2008	19.477	397.500	3.032.203	4,90	0,64	13,11
2009	21.235	437.720	3.239.404	4,85	0,66	13,51

Fonte: IBGE/Seplande-AL **Elaboração:** Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

